



EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM GESTÃO: O PAPEL DO GESTOR FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE.

Nathalia Diniz¹

Edna Aparecida de Oliveira Beltrão²

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência do Estágio V em gestão educacional como componente curricular do Curso de Pedagogia da UniEvangélica - Centro Universitário de Anápolis-Go. O objetivo geral deste estágio é construir um saber e uma prática significativa em relação ao trabalho da gestão educacional, em especial, frente ao processo de educação inclusiva na efetivação da educação especial no espaço escolar, viabilizando uma atuação crítica, competente e transformadora em todas as instâncias de atuação da gestão no ambiente escolar na perspectiva da gestão democrática. Considerando a complexidade e as várias nuances dos temas gestão democrática e da educação inclusiva/especial, foi necessário estabelecermos alguns objetivos específicos que se tornaram também os subitens deste trabalho. A metodologia da pesquisa qualitativa por meio da observação em campo aliada à pesquisa bibliográfica e documental, proporcionou compreendermos que a educação inclusiva diz respeito ao processo de educar com qualidade e equidade socialmente reconhecidas dos sujeitos que, em determinada época histórica, tiveram por algum motivo, o seu direito à educação negado, sendo hoje, a educação especial uma modalidade educacional na perspectiva da educação inclusiva garantida por Lei. Neste sentido, a gestão escolar tem papel fundamental na liderança que visa construir uma escola inclusiva com a participação efetiva de todos os segmentos da escola.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Gestão democrática. Educação inclusiva / educação especial.

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado V – Gestão escolar, disciplina da matriz do curso de Pedagogia do 7º período do Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica, tem por objetivo construir um saber e uma prática significativa em relação ao trabalho da gestão educacional, em especial, frente ao processo de educação inclusiva no espaço escolar, viabilizando uma atuação crítica, competente e transformadora em todas as instâncias de atuação da gestão no ambiente escolar levando o acadêmicos a observarem, refletirem, discutirem e pesquisarem sobre os processos e práticas da gestão escolar.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo por meio da observação participativa; entrevista e análise de dados; pesquisa bibliográfica e relato das

¹ Acadêmica graduanda do Curso de Pedagogia da UniEvangélica.

² Doutora em Educação. Professora do ISE/UniEvangélica. Orientadora da pesquisa/estágio.



experiências vividas no espaço escolar em forma de relatório descritivo analítico/crítico.

A carga horária desenvolveu-se em 40h (quarenta) horas, sendo 20h de observação na escola-campo e 20 horas para encontros presenciais com a professora orientadora.

As etapas do trabalho apresentam-se na ordem que segue: introdução, atividades desenvolvidas, considerações finais e anexos.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO

Conhecer como se organiza a escola campo, é fundamental para as dinâmicas que nela se estabelecem. O estágio foi realizado na Escola Municipal Clovis Guerra que se localiza na Av. Planalto Qd12, Lt: 02, Vila Jaiara, região norte do município de Anápolis – GO, oferecendo 1300 vagas a alunos da 1º e 2º etapa do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola campo tem como missão assegurar aos educandos a permanência e o acesso a um ensino de qualidade, proporcionando-lhes a formação básica para a cidadania, atendendo às necessidades diferenciadas de aprendizagem (P.P.P. 2019).

Quanto à participação dos funcionários, realiza periodicamente reuniões com o conselho escolar assegurando a participação de todos os seguimentos no processo de gestão.

Na perspectiva da gestão democrática, o processo de “escolha” do diretor é feito por meio de eleição direta, processo no qual a comunidade participa votando e escolhendo o gestor da escola. Esta é referência quanto a proposta pedagógica no município e conta com o apoio de todos os pais e representantes escolares. A coordenação pedagógica busca sempre acompanhar a elaboração das atividades e projetos propostos, sendo a relação entre professores, uma relação aberta visto que podem contar com o apoio das coordenadoras pedagógicas e técnica.

Aos alunos, é ofertado um ensino de qualidade que busca desenvolver suas capacidades plenas, visando sua formação enquanto cidadão participativo, consciente e atuante na sociedade, propondo aos alunos a possibilidade de uma aprendizagem dinâmica, global e significativa, a partir da sua própria realidade.



A relação entre os pais e a escola é uma relação aberta e muito participativa, que se dá por meio de reuniões, com significativa participação, em que estes se comprometem a acompanhar o desenvolvimento dos filhos conforme presenciado no momento do estágio.

A secretaria escolar funciona em todos os horários ficando sempre à disposição da comunidade para quaisquer dúvidas e serviços que precisarem; a biblioteca está em processo de organização e ainda não faz empréstimos de livros para casa, somente leitura em sala de aula.

É uma escola muito bem organizada, com boa estrutura física que atende todos os objetivos escolares, funcionários sempre empenhados no desenvolvimento dos educandos, uma relação de respeito e prazerosa.

CONCEITUANDO GESTÃO DEMOCRÁTICA: SUJEITOS E FUNÇÕES

O papel da gestão frente à educação é de grande importância, seu posicionamento, métodos e direcionamento dizem muito quando é baseada na democracia. Essa democracia deve acontecer desde a escolha de seu representante, onde toda a comunidade tem o direito de decidir quem estará à frente da gestão escolar por meio de eleição direta.

Segundo Almeida e Medeiros (2010):

Atualmente a Gestão Democrática vem sendo vista por muitos pedagogos como um desafio, visando a oferta de um ensino de qualidade para todos, fato este, que remete a educação a ampliação do caráter político-pedagógico das metas educativas, em consonância com a realidade social brasileira. (ALMEIDA; MEDEIROS, 2010, p.9)

Desta forma, praticar uma gestão democrática exige enfrentar os desafios saber lidar com os obstáculos que um gestor enfrenta de acordo com a realidade vivida; o gestor deve possuir uma capacidade de liderança e habilidades de coordenar e orientar a todos considerando a realidade social em que estão inseridos.

Uma gestão deve promover ações que visam proporcionar o envolvimento de todos que se relacionam com a escola como pais, profissionais, alunos e a comunidade em geral, promovendo reais condições de participação no processo de tomada de decisão. Segundo Libâneo (2001):



A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomada dentro de uma tal diferenciação de funções e saberes. (LIBANEO, 2001, p.25)

Portanto, é papel da gestão escolar definir de forma detalhada a função, e a divisão de atividades de cada membro escolar, para que todos possam desempenhar da melhor forma possível a função que lhe foi dada. Construindo assim uma democracia no ambiente escolar e cada um respeitando seu espaço, agregando para o crescimento educacional de acordo com sua função.

A equipe gestora da Escola Municipal Clóvis Guerra é composta por uma (1) gestora; um (1) coordenador geral, duas (2) coordenadoras pedagógicas, quatro (4) coordenadores técnicos, um (1) auxiliar de coordenação técnica. De forma geral, todos os sujeitos que compõem a equipe gestora, têm como função acompanhar o processo educativo estando “ligada” ao cotidiano da sala de aula, conhecer os alunos, professores e pais, ter habilidade para trabalhar em equipe, ter capacidade de tomar decisões e solucionar problemas, e ter noções básicas de legislação educacional, financiamento público e estatístico para elaboração de dados ao cumprir as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e do próprio Regimento.

A coordenação pedagógica auxilia os professores no desenvolvimento das atividades e projetos e acompanha o desenvolvimento dos alunos promovendo melhores condições para o ensino e aprendizagem. A coordenação técnica tem como função o relacionamento direto com os educandos, acompanhando o comportamento, auxiliando no recreio e atividades extra sala de aula.

Embora haja uma distribuição de tarefas, vale ressaltar que todas as atividades desenvolvidas pelos sujeitos devem ser articuladas e discutidas de forma que haja sintonia nas ações e tomadas de decisão.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA / ESPECIAL NO ESPAÇO ESCOLAR: CONCEPÇÕES, AÇÕES E PRÁTICAS PRESENTES NO INTERIOR DA ESCOLA.

A educação inclusiva é compreendida como educação de boa qualidade para todos os sujeitos independente da diversidade e especificidades de cada um, sejam elas de cor, cultura, credo religioso, linguísticas, gênero, econômicas e/ou



tantas outras características diversas presentes no espaço escolar. Nesta perspectiva, todos devem buscar meios e modos de remover as barreiras para o ensino e para a aprendizagem e a participação dos aprendizes de forma a promover uma reforma radical nas escolas desde o currículo e avaliação, sendo uma escola que inclua todos de forma que se sintam acolhidos e participantes do processo educativo. De acordo com Ferreira (2020, p.15), a educação inclusiva deve ser “ [...] voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor”.

A Educação especial é a modalidade de educação voltada para o atendimento de pessoas com alguma deficiência, tendo como objetivo atender as diferentes dificuldades do aluno. A educação especial se mostra em uma grande variedade de formas que incluem escolas especiais e prevê o apoio e serviços especializados.

A modalidade de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, é de grande importância na promoção de uma escola e uma sociedade inclusiva e, para garantir que seja efetivada em todos os sistemas de ensino e, conseqüentemente, nas escolas é necessário que o princípio legal norteie e determine a sua efetivação.

A educação é um direito constitucional e como tal, está prevista e determinada legalmente. Em relação à educação especial, não seria diferente e para compreensão da modalidade em questão e garantia de que seja de fato ofertada a todos os sujeitos que dela necessitem, devemos recorrer à sua obrigatoriedade legal.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, no Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998)

No Art. 208, inciso III menciona “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1.996 – LDB n. 9394/96 – no Art. 58, conceitua a educação especial como a (...) modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.



As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), por sua vez, a definem como:

Processo educacional escolar definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2001, p.69)

Em nível municipal, a Resolução CME n.052, de 24 de junho de 2013, no Art. 1º define:

A educação inclusiva é o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para a inclusão, o acesso, a permanência, o sucesso e a terminalidade de todos os alunos na rede de ensino, especialmente àqueles com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos tais como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros. Nestes casos, e em outros que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação inclusiva atua de forma articulada com o ensino comum, orientado para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (ANÁPOLIS, 2013, p.1).

Em nível micro, no espaço escolar, as escolas devem em cumprimento às determinações legais, garantir nos seus Projetos Político Pedagógico, a organização do atendimento educacional com qualidade e equidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, prever e prover as formas e modos organizativos nos diversos aspectos que configuram esse atendimento: conceitual/atitudinal; físico/estrutural; metodológico; didático/pedagógico e avaliativo dentre tantos outros que se fizerem necessários.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA / ESPECIAL NA ESCOLA CAMPO

A em questão, considera as diversas situações em que a aprendizagem se manifesta, de acordo com suas necessidades básicas, inclinações e anseios. Para além da dimensão cognitiva, almejam a totalidade do sujeito, propiciando condições para seu crescimento e melhoria como pessoa. Esperam o máximo de aprendizado dos conteúdos curriculares ministrados, mas respeitando-se as



limitações naturais de todos os alunos, com ou sem Necessidades Educacionais Especiais.

Os dados aqui descritos e analisados fazem parte de um relato elaborado a partir da observação e entrevistas com a equipe gestora.

Para que o atendimento aos alunos com necessidade educacionais especiais se consolide, é imprescindível promover a formação adequada aos professores. No momento, a equipe gestora almeja ter no quadro de professores, profissionais habilitados e especializados nas modalidades de Educação Especial.

A escola aguarda o cumprimento da Resolução SE 68, de 12-12-2017 Art 14 § 2º - “Quando o atendimento ocorrer na modalidade itinerante, as ações de caráter pedagógico complementar ou suplementar, ocorrerão na seguinte conformidade: 1 - com turmas formadas por até 3 (três) alunos da própria unidade”, no que se refere à quantidade de alunos com necessidade especiais por sala, limitando o número máximo de dois alunos por turma para que o professor possa realizar um trabalho eficaz.

Os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, repetência acentuada ou algum tipo de deficiência com ou sem laudo são atendidos pelas professoras de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e equipe pedagógica e, se necessário, são encaminhados ao CEMAD (Centro Municipal de Atendimento a Diversidade). Este atendimento é realizado por meio de uma triagem e, se necessário, os casos são encaminhados para serem assistidos por uma equipe multidisciplinar no CEMAD.

Na escola esse atendimento é de forma individualizada e no contra turno junto aos professores do AEE, que elaboraram e disponibilizam recursos pedagógicos e de acessibilidade que complementem as atividades oferecidas pelos demais professores, articuladas com a proposta pedagógica do ensino comum, e orientações de acordo com as especificidades dos alunos atendidos.

A gestão reforça que precisam fortalecer a parceria da Educação com o Sistema de Saúde para que o aluno com deficiência possa ter acesso a uma avaliação circunstanciada ou diagnóstica, pois a escola tem dificuldade de propiciar o apoio e os recursos necessários à aprendizagem desses alunos por falta de diagnóstico de uma equipe profissional.



As salas de recursos e adequação da estrutura física, e do mobiliário é algo que tem chegado até a escola campo de forma tímida; fizeram a adequação apenas de um banheiro para acessibilidade, adquiriram bebedouros de duas alturas, ampliaram as atividades para os alunos de baixa visão. Também receberam alguns livros em Braille que tem facilitado o trabalho dos professores, porém precisam de um espaço físico para a sala de recursos tornando o atendimento e o uso dos materiais mais produtivos.

A relação escola e família dos alunos que necessitam de educação especial são fortalecidas em reuniões de pais que compartilham interesses tendo em vista os benefícios para os alunos. Buscam evidenciar a proposta pedagógica e as metodologias de ensino adotadas, visando sempre o crescimento e compreendendo as limitações dos alunos. Estabelecem uma parceria com os pais, orientando a divisão de responsabilidades quanto ao desenvolvimento do aluno.

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA

Uma gestão democrática contribui, incentiva e promove o ensino inclusivo, buscando a união escolar, seja ela através de atividades diretas ou indiretas com o aluno, envolvendo todos os profissionais e famílias da instituição, destacando sempre a importância da inclusão escolar não somente em sala de aula, mas em toda a escola e com todos os profissionais.

Para que a escola seja inclusiva é preciso a compreensão de todos os envolvidos da comunidade escolar das implicações em incluir todos com meios, condições e formas de promover uma educação de qualidade e equidade reconhecidas socialmente. Promover a acessibilidade e a permanência de todos é um fator essencial no processo de inclusão educacional. O espaço e o ambiente escolar têm a capacidade de proporcionar e aproximar a comunicação e a convivência entre as pessoas.

A gestão democrática precisa transformar e adaptar o seu espaço físico para que esteja cada vez mais acessível e com recursos adequados para o aluno, de acordo com suas necessidades. O espaço físico é analisado por Frago e Escolano (1998):



Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmite uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores (...), ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares. (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p.27)

Nessa perspectiva, pensar, planejar e organizar a infra-estrutura de uma escola, pode contribuir para um aprendizado diferenciado.

Outras possibilidades para construir uma escola inclusiva e tão importante quanto a adaptação física, são as adaptações curriculares (quando necessárias), metodológicas, avaliativas de materiais e equipamentos, por exemplo. Considerando que cada caso ou situação podem exigir adaptações diferentes, a escola e toda a equipe, deve estar atenta às necessidades específicas e à sua realidade. Somente um trabalho em equipe e com parcerias com outros setores essenciais, contribuirá para uma escola inclusiva de fato.

Assim, quanto mais preparada e adaptada para receber as crianças, mais contribuirá para a construção de um mundo melhor.

Vale ressaltar que não é tarefa fácil fazer uma escola inclusiva sem o apoio dos sistemas educacionais, da efetivação das políticas públicas, principalmente sem recursos financeiros que subsidiem as adaptações ou mudanças necessárias e, ainda, a falta ou deficiências no quadro de profissionais e serviços de apoio necessários à efetivação de uma educação de qualidade. Porém deve ser dada atenção constante a tais fatores, tendo em vista o alcance dos objetivos de uma escola inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a observação na Escola Municipal Clovis Guerra, foi possível compreender a importância de uma gestão democrática, em especial frente à inclusão educacional em todos colaboram e não somente as professoras e os responsáveis do AEE. Foi possível perceber que a equipe gestora busca desenvolver atividades em que os alunos especiais possam estar envolvidos com os demais, além de conscientizar sobre a necessidade de aceitação, afinal todas as pessoas possuem limitações das mais diversas e precisam se encorajar mutuamente.



Ao acompanhar a rotina da escola campo nas 20 horas de observação, foi perceptível a sintonia na equipe gestora: democrática e aberta, o que ajuda no desenvolvimento profissional e educacional da escola.

O estágio dá a oportunidade de colocar a teoria em prática proporcionando a compreensão da complexa atuação da gestão em todas as instâncias de uma escola, bem como a importância do gestor como liderança, apoio e incentivo à comunidade escolar, visando uma escola que atenda aos anseios dos alunos e suas famílias. Observar o cotidiano da instituição, expande a visão do acadêmico para o mundo educacional, oferecendo a ele oportunidades também de ampliar seu conhecimento e seu campo de atuação profissional.

Desta forma, é importante o acadêmico ter contato com diversas instituições e em diferentes instâncias durante a disciplina de estágio no curso de Pedagogia, como oportunidade para uma visão crítica das realidades da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Franciele Jaqueline; MEDEIROS, Dalva Helena, 2010. **A família na gestão da escola**: uma proposta de parceria para os problemas de aprendizagem. Anais V EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica de 26 a 29 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_humanas/01_ALMEIDA_MEDEIROS.pdf - acesso dia 20/05/2020. Acesso em set. 2020

ANÁPOLIS, **PPP- Projeto Político Pedagógico** – ESCOLA MUNICIPAL CLOVIS GUERRA. Anápolis, 2019.

ANÁPOLIS, **Resolução CME**, - Conselho Municipal de Educação n. 052 de 24 de junho de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/ 9394**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.



FERREIRA, Felipe. **Educação inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer? Disponível em: <http://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20aparece%20para,com%20defici%C3%Aancia%2C%20favorecendo%20a%20diversidade>. Acesso em 20 de maio de 2020.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.